



1.^a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa
Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização
7.^a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa
Cultura, Educação, Juventude e Desporto
8.^a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa
Transportes, Mobilidade e Segurança

Recomendação 076/02 (1.^a, 7.^a e 8.^a CP) - Sobre Proposta 389/2019 - submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, a Transferência, em 2019, para os órgãos do Município de Lisboa, assim como o acordo prévio do Município de Lisboa, enquanto membro da Área Metropolitana de Lisboa, para assunção também em 2019 por parte daquela Área Metropolitana, das competências previstas no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no domínio da Educação, e no Decreto-lei n.º 58/2019, de 30 de abril, no domínio do Transporte em Vias Navegáveis Interiores

Considerando que:

Conforme esta Assembleia Municipal já manifestou em diversos momentos e através de várias deliberações constatamos que a gestão de proximidade trouxe melhor serviço às populações e resposta mais rápida e eficaz aos problemas do dia-a-dia. Lisboa será, depois deste processo de descentralização, um Município mais bem preparado para enfrentar e resolver os problemas diários dos lisboetas, assim como continuará a ser uma cidade referência em matéria de descentralização e aproximação democrática.

O efetivo exercício de novas competências, tem gerado, naturalmente, uma intenção, que é aliás permanente, de procura de melhores e mais eficazes soluções em termos da prestação do serviço público aos cidadãos. Se assim não fosse, ter-se-ia tratado de uma mera mudança da entidade executante, o que, em Lisboa, manifestamente não foi a intenção, nem o espírito, dos vários momentos e processos de descentralização, desde a Reforma Administrativa de Lisboa ou dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

Portanto, neste espírito, é natural que o Município de Lisboa veja com bons olhos este novo processo de descentralização, que vem ao encontro da vontade do Município.

Por fim, de salientar que esta Assembleia Municipal já aprovou por maioria a transferência de competências para o Município e para as entidades intermunicipais, nos termos da Lei-quadro e de vários Decretos-leis de âmbito sectorial.

A apreciação da Proposta 389/2019 suscita a remessa à Câmara das seguintes recomendações:

1. À semelhança de processos anteriores, que remeta à Assembleia Municipal de Lisboa, sempre, toda a informação relevante sobre a evolução deste processo, mesmo quando a deliberação desta não seja necessária;
2. No processo negocial de transferência dos equipamentos escolares, que acautele o reforço financeiro necessário para a realização dos investimentos prioritários a efetuar;
3. No seguimento daquela que já vem sendo a política municipal, e sempre que o superior interesse das populações assim o requeira, bem como, nos casos em que se preveja uma melhoria na qualidade da prestação do serviço público, promova a celebração de Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de junho de 2019

A Presidente da 1.^a Comissão

O Deputado-Relator

(Irene Lopes)

(João Valente Pires)

A Presidente da 7.^a Comissão

O Presidente da 8.^a Comissão

(Simonetta Luz Afonso)

(António Proa)